# Novidades Legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos Sociedade de Advogados RL

17 de Junho de 2013

*Boutique law firm*

DINIS LUCAS & ALMEIDA SANTOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

geral@dlas.pt
www.dlas.com.pt
217 816 010
Av. Republica nº 50
7-A
1050-196
Lisboa


## AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

*AGRICULTURA / AGRO-PECUÁRIA*

Decreto-Lei n.º 78/2013, de 11 de Junho

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Estabelece as definições, denominações e características, formas de acondicionamento a que devem obedecer o café, sucedâneos de café e suas misturas, bem como, as regras relativas à respetiva rotulagem e comercialização.

Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de Junho

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária e altera os Decretos-Leis n.º 202/2004, de 18 de agosto, e n.º 142/2006, de 27 de Julho.

*FLORESTAS*

Decreto-Lei n.º 76/2013, de 05 de Junho

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Cria o registo de operador de madeira e de produtos derivados e estabelece medidas sancionatórias por violações ao Regulamento (UE) n.º 995/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, definindo o regime de controlo e fiscalização da sua aplicação no território nacional.

Portaria n.º 202/2013, de 14 de Junho

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 1 de Julho a 30 de Setembro, no ano de 2013.

*PESCAS*

Despacho n.º 7145/2013, de 03 de Junho

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Atribui aos navios identificados no anexo ao Despacho n.º 3051/2013, de 26 de Fevereiro, 587 toneladas adicionais da quota portuguesa de sarda.

*VITIVINICULTURA*

Decreto-Lei n.º 77/2013, de 05 de Junho

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Estabelece a possibilidade de utilização de aguardente de origem vitícola na interrupção da fermentação do mosto destinado à elaboração de vinho do «Porto» e de vinho licoroso «Moscatel do Douro».

## AMBIENTE

Despacho n.º 7398/2013, de 07 de Junho

**Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Aprova a tabela dos valores da prestação financeira a aplicar pela SIGERU no biénio de 2013 e 2014.

Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de Junho

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), transpondo a Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011.

Despacho n.º 7467/2013, de 11 de Junho

**Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1, da cláusula 6.ª, da licença da ERP Portugal para o ano de 2013.

## ASSUNTOS EUROPEUS

Resolução da Assembleia da República n.º 79/2013, de 12 de Junho

**Assembleia da República**

Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013.

## CULTURA

*PATRIMÓNIO CULTURAL*

Despacho n.º 7201/2013, de 04 de Junho

**Ministério da Economia e do Emprego**

Criação de um grupo de trabalho com objetivo de estudar as soluções mais adequadas para o desenvolvimento e a regeneração do património ferroviário do Barreiro.

## DEFESA / FORÇAS ARMADAS

Despacho n.º 7527-A/2013, de 11 de Junho

**Ministério da Defesa Nacional**

Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas.

## EDUCAÇÃO

Acórdão n.º 239/2013, de 05 de Junho

**Tribunal Constitucional**

Não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 8.º, n.º 1, do DecretoLei n.º 75/2010, de 23 de Junho (altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário).

Despacho normativo n.º 7/2013, de 11 de Junho

**Ministério da Educação e Ciência**

Organização do ano lectivo.

## EMPREGO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2013, de 04 de Junho

**Presidência do Conselho de Ministros**

Procede à primeira alteração à Resolução de Conselho de Ministros n.º 51-A/2012, de 14 de Junho, que aprova o Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem - «Impulso Jovem».

## EMPRESAS

Lei n.º 35/2013, de 11 de Junho

**Assembleia da República**

Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho, que regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas.

## ENERGIA

Decreto-Lei n.º 74/2013, de 04 de Junho

**Ministério da Economia e do Emprego**

Prevê a criação de um mecanismo regulatório tendente a assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de eletricidade em Portugal e a adequada repartição de custos de interesse económico geral.

Portaria n.º 201/2013, de 06 de Junho

**Ministério da Economia e do Emprego**

Primeira alteração ao Regulamento do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito adotado pela Portaria n.º 137/2011, de 5 de Abril.

Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de Junho

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), transpondo a Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2011.

Despacho n.º 7728-A/2013, de 14 de Junho

**Ministério da Economia e do Emprego**

Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP («Programa ECO.AP»).

## FINANÇAS

*ATIVIDADE SEGURADORA*

Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de Junho

**Ministério das Finanças**

Aprova o processo de alienação, direta ou indireta, do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A.

*QUESTÕES ORÇAMENTAIS*

Lei n.º 37/2013, de 14 de Junho

**Assembleia da República**

Procede à sétima alteração à lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/85/UE, do Conselho, de 8 de Novembro, que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados membros.

*PATRIMÓNIO DO ESTADO*

Aviso n.º 7668/2013, de 12 de Junho

**Ministério das Finanças**

Nova lista de imóveis do domínio privado do Estado Português.

## JUSTIÇA

Acórdão n.º 239/2013, de 05 de Junho

**Tribunal Constitucional**

Não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 8.º, n.º 1, do DecretoLei n.º 75/2010, de 23 de Junho (altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário).

Acórdão n.º 243/2013, de 05 de Junho

**Tribunal Constitucional**

Julga inconstitucional a interpretação normativa extraída do artigo 685.º, n.º 2, do Código de Processo Civil (na redação anterior ao Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Agosto), aplicável subsidiariamente por força do disposto no artigo 126.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, relativa à contagem do prazo para recorrer de decisão judicial que aplique a medida de promoção e proteção de confiança de menores a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção prevista naquela lei.

## PROTEÇÃO À CRIANÇA

Acórdão n.º 243/2013, de 05 de Junho

**Tribunal Constitucional**

Julga inconstitucional a interpretação normativa extraída do artigo 685.º, n.º 2, do Código de Processo Civil (na redação anterior ao Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de agosto), aplicável subsidiariamente por força do disposto no artigo 126.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, relativa à contagem do prazo para recorrer de decisão judicial que aplique a medida de promoção e proteção de confiança de menores a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção prevista naquela lei.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2013, de 11 de Junho

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a abertura do debate tendente à revisão do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo e do regime jurídico da adoção.

## QREN

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013, de 14 de Junho

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus.

## REGIÕES AUTÓNOMAS

*MADEIRA*

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2013/M, de 03 de Junho

**Região Autónoma da Madeira**

Fixa o valor de remuneração do trabalho médico extraordinário no Serviço de Urgência.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2013, de 14 de Junho

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a celebração de um Acordo Quadro entre o Estado Português e a Região Autónoma da Madeira, conducente à integração dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária nacional.

## SAÚDE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2013, de 03 de Junho

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a abertura do procedimento do concurso para a adjudicação da exploração do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde e a prorrogação do atual contrato até à conclusão daquele procedimento, delegando no Ministro da Saúde a competência para a prática dos atos a realizar.

Decreto-Lei n.º 75/2013, de 04 de Junho

**Ministério da Saúde**

Procede à primeira alteração ao decreto-Lei n.º 13/2009, de 12 de Janeiro, que estabelece as condições e os requisitos para que os estabelecimentos e serviços prestadores de cuidados de saúde, dispensem medicamentos para tratamento no período pós-operatório de situações de cirurgia de ambulatório.

Despacho n.º 7403/2013, de 07 de Junho

**Ministério da Saúde**

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que estabelecem as condições de fornecimento de Medicamentos do Aparelho Digestivo.

Despacho n.º 7402/2013, de 07 de Junho

**Ministério da Saúde**

Estabelece disposições referentes à atribuição de cheques-dentista, no âmbito do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO).

Decreto Regulamentar n.º 4/2013, de 11 de Junho

**Ministério da Saúde**

Procede à segunda alteração ao Decreto Regulamentar n.º 5/2008, de 11 de Fevereiro, reforçando os requisitos de exercício do cargo de direção dos centros de procriação medicamente assistida.

Despacho n.º 7527-B/2013, de 11 de Junho

**Ministério da Saúde**

Estabelece disposições complementares relativamente à divulgação dos resultados da comparação de preços dos medicamentos abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 195/2006, de 3 de Outubro, conforme o Despacho n.º 4927-A/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 70, de 10 de Abril, bem como ao referencial em procedimentos de contratação pública para efeitos de aquisição do medicamento por parte dos hospitais do SNS.

Lei n.º 36/2013, de 12 de Junho

**Assembleia da República**

Aprova o regime de garantia de qualidade e segurança dos órgãos de origem humana destinados a transplantação no corpo humano, de forma a assegurar um elevado nível de proteção da saúde humana, transpondo a Diretiva n.º 2010/53/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Julho, relativa a normas de qualidade e segurança dos órgãos humanos destinados a transplantação.

## SEGURANÇA SOCIAL

Declaração n.º 131/2013, de 11 de Junho

**Ministério da Solidariedade e da Segurança Social**

Conclusão do processo de extinção, por fusão no Instituto da Segurança Social, I. P., da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários.

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

*TRANSPORTES*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2013, de 14 de Junho

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a celebração de um Acordo Quadro entre o Estado Português e a Região Autónoma da Madeira, conducente à integração dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária nacional.

A ser distribuída e consultada por Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não dispensando assistência profissional qualificada e apreciação casuística. O contexto da presente não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do autor. Para qualquer esclarecimento adicional sobre este assunto contacte-nos: geral@dlas.pt